

# A pílula mágica da gripezinha: a narrativa da cloroquina nos grupos bolsonaristas de WhatsApp durante a pandemia de Covid-19<sup>[\*]</sup>

The magic flu pill: the chloroquine  
narrative in pro-Bolsonaro WhatsApp  
groups during the Covid-19 pandemic

Tarcísio de Sá Cardoso<sup>[\*\*]</sup>  
tscardoso@gmail.com

Renata Correia Lima Ferreira Gomes<sup>[\*\*\*]</sup>  
renatafgomes@ufrb.edu.br

Fabio Sadao Nakagawa<sup>[\*\*]</sup>  
fabiosadao@gmail.com

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa<sup>[\*\*\*]</sup>  
regianemo@ufrb.edu.br

## RESUMO

Este trabalho analisa o modo como se construiu o universo narrativo da cloroquina como cura/tratamento para a Covid-19 nos grupos de WhatsApp bolsonaristas. Para tal, exploram-se duas linhas argumentativas com base na possibilidade de haver a produção e manutenção de uma teoria conspiratória focada na lógica dicotômica do bem contra o mal. O primeiro argumento destaca a maneira como a narrativa dos benevolentes se estrutura em defesa de uma crença autossustentada sobre a eficácia do produto, que, de acordo com Cassam (2019), caracteriza um “vício epistêmico”. O segundo refere-se à construção da narrativa por meio de uma rede de posições ideologicamente orientadas para

## ABSTRACT

This paper examines how the narrative for chloroquine as a cure/treatment for Covid-19 was built in pro-Bolsonaro WhatsApp groups. To this end, two hypotheses are explored. The first argument highlights the way in which the narrative for the benevolent side is structured to support a belief about the efficacy of the product, which, according to Cassam (2019), characterizes an “epistemic vice”. The second hypothesis refers to how the narrative was structured as a network of ideologically oriented positions to produce antagonists, which we interpret in the light of the notion of “petty police”,

<sup>[\*]</sup> Dedicamos este trabalho ao amigo Alexandre Rocha da Silva.

<sup>[\*\*]</sup> Universidade Federal da Bahia (UFBA). Av. Adhemar de Barros, s/nº – Ondina, Salvador/BA.

<sup>[\*\*\*]</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Rua Rui Barbosa, Cruz das Almas/BA.

criar antagonistas, que interpretamos à luz da noção de “baixa polícia”, a partir de Rancière (1996, 2014). Como estratégia metodológica de análise, foi elaborada uma cronologia entre as principais mensagens sobre a cloroquina difundidas em grupos bolsonaristas, acessadas por meio do Monitor de Whatsapp, desenvolvido pela UFMG. A relação cronológica das mensagens permitiu apreender as dominâncias de cada fase da construção narrativa, de modo a reuni-las em uma rede discursiva, cuja análise tenta responder à questão investigada.

**Palavras-chave:** Universo narrativo da cloroquina; WhatsApp bolsonaristas; Semiótica.

## Introdução

A circulação de mensagens em grupos de WhatsApp bolsonaristas sobre a cloroquina deu-se intensamente a partir de março de 2020. Os disparos começaram com áudios e imagens veiculados em 19 de março, que apontavam para notícias da suposta eficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19, e continuaram mais intensamente até 20 de maio, quando ocorreu a publicação do segundo “protocolo” do Ministério da Saúde, que modificou o primeiro (de 06 de abril) e simplesmente “autorizou” o uso do medicamento também em casos leves, ainda que não houvesse qualquer comprovação científica sólida de sua eficácia no tratamento da doença.

A profusão de mensagens de WhatsApp formou um eficiente e perigoso universo narrativo do bolsonarismo em torno da cloroquina, objeto de investigação deste artigo, o qual, por meio de práticas e distorções interessadas, apesar de inicialmente sutis e ancoradas em situações factuais, tenta estabelecer e difundir a ideia da droga como uma cura com impossíveis 100% de eficácia no tratamento e até na prevenção da Covid-19, a despeito do que afirma a ciência, como se fosse uma espécie de “pílula mágica”. Diante disso, surge a questão que este artigo busca problematizar e responder: como se constrói e se desenvolve esse universo narrativo em torno da cloroquina no WhatsApp bolsonarista?

Nossa hipótese central entende que esse universo, por suas características de espacialidade, temporalidade e, sobretudo, causalidade centrada em ações propositais de agentes com planos e objetivos (Ryan, 2006, p. 8), direciona seus leitores à reconstrução de um *storyworld* – um tipo de modelo mental erigido por um leitor para a compreensão

according to Rancière (1996, 2014). As a methodological strategy, we built a timeline of chloroquine-related messages, disseminated in pro-Bolsonaro groups, accessed through the WhatsApp Monitor, developed by UFMG. The chronological relationship of the messages allowed us to perceive the dominance of each phase of the narrative construction, in order to gather the messages in a discursive network, which we analyzed in the attempt to answer our research question.

**Keywords:** Chloroquine storyworld; Pro-Bolsonaro WhatsApp groups; Semiotics.

*narrativa* de um texto (Herman et al, 2012, 569) – que, por sua vez, funciona como índice de uma grande teoria conspiratória. Assim, o conjunto das mensagens disseminadas em nosso recorte dos grupos bolsonaristas de WhatsApp permite a compreensão de dois grandes conjuntos de características que definem as teorias conspiratórias. De um lado, apesar de fragmentárias, tais mensagens visam ao fortalecimento da impressão de que os acontecimentos ali descritos não são casuais, não são o que a princípio pareceriam e estão todos conectados (Barkun *in* Butter, 2020, p. 10) e, de outro, permitem a reconstrução mental de um “mundo” mais ou menos unificado, no qual alguns agentes, por agir de forma secreta, porém intencional, visando à realização de um objetivo oculto, seriam parte de uma conspiração (Butter, 2020, p. 10), enquanto outros tentam impedir a realização da referida conspiração.

Desta forma, o *storyworld* construído pelo conjunto das mensagens materializa o “dualismo entre bem e mal” (Cubitt *in* Butter, 2020 p. 10)<sup>[1]</sup> que caracteriza as teorias conspiratórias, nas quais “os conspiradores são invariavelmente imaginados como maus e suas ações como causadoras de prejuízos à massa mais ampla de pessoas inocentes” (Barkun *in* Butter, 2020 p. 10)<sup>[2]</sup>. Por fim, essa teoria conspiratória atualiza para o âmbito específico da pandemia uma “super-conspiração” (Barkun *in* Butter, 2020, p. 17) anterior, que combina conspirações pontuais e sistêmicas, na qual o dualismo entre bem e mal já colocava Jair Bolsonaro firmemente no lado do “bem” junto a outros atores, como o então presidente americano Donald Trump, que defendiam o planeta de um grande complô globalista/comunista liderado por seus adversários políticos. Com isso, cria-se, também para a pandemia, um típico teatro do “bem” contra o “mal”, em

[1] No original: “*dualism of good and evil.*”

[2] No original: “*The conspirators are invariably imagined as evil, and their actions as causing harm to the wider mass of innocent people.*”

que o eixo do “bem”, como pretendemos demonstrar, será representado pelo poder quase mágico de cura pela cloroquina, assim como por seus defensores, ao passo que o eixo do “mal” será constituído por aqueles que negam seu uso, buscando gerar o caos e, em última instância, a ruína do país e a deposição de Bolsonaro.

A partir dessa hipótese central, nossa primeira perspectiva argumentativa é que, em seu procedimento construtivo, o eixo narrativo da cloroquina tomado como o lado do “bem” tenta estruturar uma crença autossustentável no poder curativo da droga para a Covid-19, emulando índices (degenerados) (Peirce, 1975, p. 120-125) do processo de validação científica, como o uso de falácias de autoridade, de repetição e quantidade, além de narrativas pessoais que possam servir de evidência sobre a eficácia da droga. Assim, as certezas sobre o produto passam a funcionar como premissa maior de um jogo discursivo que se forja como exemplo de um vício epistêmico, isto é, como reforço de um sistema de crenças, da mesma forma que sobrevive apenas no universo daqueles que nele creem. Uma das tônicas do universo narrativo da cloroquina é construída e reforçada endogenamente pelo uso da droga como símbolo da cura, fundada numa espécie de “profecia auto-realizável” em que “cloroquina + Covid-19 = gripezinha”, num contexto em que 80% dos infectados pelo vírus irão desenvolver apenas sintomas mais leves e se curar sem intervenção médica (World Health Organization, 2020, p. 2) Esse eixo sistematiza as bases daquilo que, mais adiante, irá se tornar a tônica no discurso oficial e nas políticas públicas do governo federal, até a criação do plano de “tratamento precoce”.

A outra perspectiva argumentativa refere-se à construção do eixo narrativo do lado do “mal”, no qual são representados aqueles que estão contra a cloroquina, e que operam, portanto, nesse universo como *índices* de uma suposta “conspiração anti-Bolsonaro”. Para isso, são produzidos enredos paralelos no tecido espaço-temporal narrativo, que geram, de um lado, antagonistas contra o presidente, assim como evidências que colocam em xeque a própria existência da pandemia e/ou sua real gravidade. O uso policial (Rancière, 1996, 2014) desses enredos possibilita o desenvolvimento de uma rede de posições ideologicamente orientadas para atacar com veemência todo tipo de atitude ou personalidade pública que se apresente como contrária à crença na eficácia da cloroquina, desde políticos conhecidos como Luiz Henrique Mandetta

e João Dória, a instituições – como o Supremo Tribunal Federal – ou mesmo etnias inteiras, como “os chineses”. Tal antagonismo fortalece a solidificação do eixo narrativo do “bem”, o que lhe propicia condições ideais para lançar o segundo “protocolo” do Ministério da Saúde, que “autoriza” o uso da cloroquina também para casos leves.

Nosso corpus foi constituído por intermédio da plataforma Monitor de Whatsapp<sup>31</sup>, um dos sistemas do projeto Eleições sem Fake (2018), desenvolvido pela UFMG, que monitora, desde as eleições de 2018, grupos públicos de WhatsApp relacionados à política brasileira, hoje totalizando mais de 500, nos quais as mensagens mais compartilhadas são arquivadas nos formatos de imagens, vídeos, áudios e texto (Resende et al., 2019, p. 819). É importante notar que a comunicação via WhatsApp compõe um universo cuja totalidade é, por definição, impossível de se conhecer, uma vez que as *affordances* (Gibson, 1986; Gomes, 2006) do aplicativo – a troca de mensagens com criptografia ponta-a-ponta, grupos de até 256 integrantes, por padrão, privados, cujos links, se não forem voluntariamente disponibilizados publicamente, na prática, os tornam secretos – fazem com que não se preste bem a um mapeamento, como redes sociais propriamente ditas, tais quais Twitter ou mesmo Facebook. Contudo, na prática, algumas dessas características da plataforma, que permitem a interconexão de grupos e usuários, acabam também por gerar “efeitos de rede”, com os quais a informação tem o potencial de “viralizar” (Resende et al., 2019, p. 823).

Estas mesmas *affordances* do WhatsApp tornam, portanto, impossível saber com completa precisão como são disseminadas as informações nos grupos, ou qual a representatividade exata do recorte monitorado pelo projeto da UFMG. O que podemos inferir, contudo, a partir da análise de mensagens disseminadas nos grupos, feita pela equipe que criou a plataforma durante o mês anterior ao 1º turno das eleições de 2018, é que, por meio das imagens mais compartilhadas, foi possível identificar os grupos nos quais as imagens com desinformação apareceram primeiro, o que levou à conclusão de que um número pequeno de grupos parecia responder pela disseminação de uma grande quantidade de imagens com desinformação (Resende et al., 2019, p. 826), o que, segundo Evangelista e Bruno (2019, p. 7-8), indica uma estrutura de disseminação mais centralizada do que a princípio se poderia supor.

Com o rearranjo dos grupos eleitorais para o período pós-eleitoral, indicando abrigar as “franjas mais

[3] Os autores gostariam de agradecer o projeto Eleições sem Fake por nos franquear acesso à plataforma Monitor de WhatsApp, ferramenta essencial para a realização de nossa pesquisa.

‘radicais’ dos seguidores do presidente” (Cesarino, 2020, p. 7), é possível supor que a dinâmica identificada acima tenha se mantido, o que a análise das mensagens de nosso corpus parece confirmar, já que um mesmo universo de grupos tendia a se repetir entre os que compartilharam as mensagens aqui selecionadas como pontos-chave da construção narrativa da cloroquina. Desta forma, embora seja para sempre uma estimativa, é possível supor que a estrutura aberta e “ponta capilar de uma ecologia de mídias mais ampla” (Cesarino, 2020, p. 7) tem, no ponto de entrada da disseminação de desinformação via WhatsApp, algum nível de centralização que nos permite trabalhar com a hipótese de que seja, até hoje, parte da estratégia comunicacional do governo em si e não apenas de um grupo espontâneo de apoiadores, embora decerto também os envolva dentro e fora dos grupos.

Nesse sentido, embora não tenha sido construída a partir de micro-segmentação algorítmica, na prática, a ecologia da (des)informação nos grupos bolsonaristas de WhatsApp acaba por emular em algum nível a dinâmica dos “dark posts”, que estão no cerne do escândalo Cambridge Analytica no Facebook: uma rede de desinformação às sombras, que cria o oposto de um debate público, ou seja, um debate privado, epistemologicamente isolado e “mutilado” (Sunstein e Vermeule, 2009, p. 211), invisível e dificilmente rastreável pela sociedade.

A partir de todas essas considerações, acessamos a plataforma Monitor de WhatsApp<sup>[4]</sup>, adotando como estratégia metodológica de análise a observação das mensagens trocadas nesse universo de grupos – mais de 500 – de fevereiro a julho de 2020. Voltamos nossa atenção para as 20 imagens e áudios mais compartilhados, ocasionalmente observando também vídeos e mensagens de texto, quando estes ajudavam a elucidar algum aspecto do contexto. No geral, as imagens são o tipo de mídia mais trocado entre os grupos (Resende et al., 2019, p. 820), ao passo que os áudios desenvolveram com mais detalhamento e frequência as linhas narrativas analisadas neste artigo<sup>[5]</sup>. Depois de observar a troca de mensagens nessa janela temporal maior, fizemos um recorte mais restrito, que vai de 18 de março de 2020, dia anterior ao surgimento do tema “cloroquina” nos grupos, até 22 de maio, dois dias após a publicação do segundo “protocolo” da cloroquina pelo Ministério da Saúde. Focamos essa janela temporal,

pois nela se sistematizaram as bases do que estamos chamando de “universo narrativo da cloroquina”, aqui analisado pela perspectiva semiótica, a qual pressupõe o reconhecimento de dominantes (Jakobson, 1983) e alterações significativas identificadas em sua expansão.

Para discutir semioticamente o universo narrativo em questão, propomos, a seguir, articular os signos materializados nas mensagens com as crenças por eles aspiradas, de modo que seja possível veicular tanto um sentido sobre a cloroquina quanto uma confiança nesta narrativa. Os tópicos a seguir dividem essa relação de fidedignidade na narrativa em questão em dois aspectos: o que chamamos “eixo do bem”, isto é, o reforço de crenças com a intenção de confirmar o que os grupos configuram como o campo semântico dos aliados (adjuvantes); e o que chamamos “eixo do mal”, no sentido de construção semiopolítica de caráter policialesco com a intenção de atacar atores considerados inimigos (oponentes) à sustentação da narrativa da cloroquina.

## O eixo narrativo do “bem” como crença autossustentada

A primeira expressão do universo narrativo da cloroquina foi importada dos Estados Unidos quase “pronta”, uma vez que chega ao Brasil, via WhatsApp, já imbuída de seus elementos centrais: uma droga conhecida, barata, facilmente disponível, supostamente chancelada pela ciência, que garante não apenas “100% de cura”, mas também pode ser usada preventivamente. Assim, quando surge no nosso corpus, exatamente em 19 de março de 2020, a reboque do noticiário americano, sua primeira aparição vem na forma de uma imagem e um áudio, os mais compartilhados nesse dia, com 69 e 54 compartilhamentos, respectivamente, que continuaram a ser veiculados nos dias seguintes.

A figura 1 é o *print* de uma conversa no aplicativo Telegram, que, por sua vez, contém um fotograma do programa de Tucker Carlson, na emissora americana de TV *Fox News*. No programa, o advogado Gregory Rigano, coautor, ao lado do médico James Todaro, de um artigo autopublicado e não revisado por pares (Rogers, 2020), é remotamente entrevistado por Carlson e, na legenda de sua imagem, lemos a informação de que um “estudo

[4] Os autores gostariam de agradecer o projeto Eleições sem Fake e, especificamente, o Monitor de WhatsApp, por franquear acesso à sua plataforma.

[5] Embora o projeto também monitore grupos de centro/esquerda, com raríssimas exceções, as mensagens mais compartilhadas eram de grupos de direita, especificamente bolsonaristas.



**Figura 1.** Primeira imagem da cloroquina em nosso corpus.  
**Figure 1.** The first chloroquine related image in our corpus.

Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG

sugere que droga para a malária pode tratar coronavírus”. O texto do *print* complementa: “pesquisador de Stanford”, “100% de cura”, “hidroxicloroquina”. Dias depois, contudo, a Universidade de Stanford declararia que Rigano não tinha vínculo com a instituição (Rogers, 2020).

O áudio que circulou no dia 19 de março, por sua vez, estabelece mais diretamente o vínculo do tema com o Brasil. Nele, uma voz feminina, com sotaque mineiro, celebra efusivamente a suposta “liberação” do uso da cloroquina por parte da *Food and Drug Administration* (FDA) – equivalente à Anvisa nos EUA – e informa que o laboratório Apsen tem o remédio Reuquinol no

Brasil, com “40 mil caixas” chegando ao estoque em Belo Horizonte. Repete a informação de “100% de cura” e acrescenta que a droga também funciona de forma “preventiva”. Por fim, celebra a situação:

*Deus é brasileiro mesmo! Quando essa peste chegou aqui pra nós, já veio a cura. Se Deus quiser, nós vamos conseguir abastecer os estoques e tudo e já, já a vida retoma ao normal: comércio reabrindo, vida normal, se Deus quiser, em breve, né? Graças a Deus, às orações, à corrente de oração que foi feita hoje... Rafinha e Bela, acalma o coração, que já, já cês tão na ativa de novo. Um beijo.*

Assim, já nos momentos iniciais de sua chegada ao WhatsApp bolsonarista, alguns elementos contribuíram para a construção daquilo que, a nosso ver, ancora o eixo narrativo da cloroquina como lado do “bem” na teoria conspiratória. Os principais são: a distorção discreta de dados factuais, proposital ou não, que estabelece a cloroquina como uma cura quase mágica, por meio, por exemplo, de falácias de autoridade; e a repetição e a alta quantidade de informações enganosas disseminadas pelos áudios que funcionam para aproximar a narrativa da realidade brasileira, através de um recorte de experiências privadas que, como veremos, fortalece a dinâmica dos vícios epistêmicos.

Tal elaboração seria complementada nos dias seguintes, tanto pela imagem mais compartilhada no dia 20 de março de 2020, com 53 compartilhamentos – uma caixa de sulfato de hidroxycloquina do laboratório EMS num balcão de farmácia brasileiro, que iria se tornar um símbolo do medicamento – quanto pelo próprio presidente, em seu Twitter, ainda que tratando a droga de forma mais cuidadosa, como uma *possibilidade* de cura, mas contribuindo também para a nacionalização da narrativa e seu atrelamento a ela na menção ao hospital Albert Einstein – outro argumento de autoridade – e à participação do laboratório do exército na produção do remédio. A partir daí, a cloroquina passará a ser irremediavelmente associada a Bolsonaro e seu governo e o eixo narrativo do “bem” seguirá sendo construído com mais exemplos dessas mesmas estratégias, dando sustentação à retórica anti-*lockdown* de Bolsonaro.

No intuito de situar o universo de sentido da narrativa da cloroquina no debate a respeito das dinâmicas epistêmicas, propomos, a seguir, uma reflexão sobre o modo pelo qual a narrativa em favor de um tratamento sem eficácia cientificamente validada pode constituir crenças a partir da lógica dos “vícios epistêmicos” (Cassam, 2019), isto é, modos viciados de sustentar opiniões,



**Figura 2.** Caixa de comprimidos de hidroxiclороquina.

*Figure 2. Box of hydroxychloroquine pills.*

Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG



**Figura 3.** Print do tuíte de Jair Bolsonaro.

*Figure 3. Screenshot of Jair Bolsonaro's tweet.*

Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG

que obstruem o caminho para o conhecimento.

Se entendermos crença, a partir de Charles Peirce (1975, p. 77), como um estado mental libertado do conflito da dúvida, poderemos aceitar que a busca por modos confiáveis de se obter respostas para as questões que nos perturbam (isto é, modos de estabelecer crenças) parece um objetivo digno de ser perseguido pelas instituições do conhecimento. No caso da instituição ciência, as crenças não podem, pela própria característica da atividade científica, promover um fechamento para novas ideias, experimentos, questionamentos, revisões ou evidências. Assim, em nossa sociedade, o conhecimento que receber o carimbo de científico precisa se colocar na esfera pública, como uma crença aberta a contestações de todo tipo, de modo que a sua sustentação ou mesmo a sua refutação ocorra por conta de um complexo

relacional entre diversos atores do coletivo ciência, cuja base epistemológica ancora-se na correspondência recorrente entre o conteúdo enunciado pela teoria com os dados obtidos colateralmente, isto é, por outras vias – vale dizer, é desse modo que a crença da ciência difere das crenças autossustentadas obtidas por argumentos circulares.

A concepção pragmática de Cassam entende o conhecimento não apenas como uma crença verdadeira e justificada (Cassam, 2019, p. 10), mas também como uma relação de confiança. De acordo com o autor, “o grau de confiança exigido para o conhecimento é menor do que a certeza, mas uma pessoa que sabe, e assim acredita que *P* deve estar preparada para confiar em *P* em seu raciocínio prático”<sup>[6]</sup> (Cassam, 2019, p. 10). O que a noção de vício epistêmico adiciona nesse quadro é a ideia de prejuízo

[6] No original: “the degree of confidence required for knowledge is less than certainty but a person who knows, and so believes, that *P* must be prepared to rely on *P* in their practical reasoning”.

à expansão do conhecimento, uma vez que “um vício epistêmico é um traço de caráter, uma atitude ou uma maneira de pensar que é [...] repreensível e que sistematicamente obstrui a obtenção, manutenção ou compartilhamento de conhecimento<sup>[7]</sup>” (Cassam, 2019, p. 23).

Seria possível, neste ponto, fazer um paralelo entre a ideia de vício epistêmico de Cassam, entendido como obstáculo ao conhecimento aberto a evidências e passível de ser contestado, com a ideia de epistemologia do eu, batizada por Van Zoonen (2012) de “eu-pistemologia”.

*Eu sugiro reunir a gama de fenômenos que colocam o eu no centro do conhecimento sob o título de ‘eu-pistemologia’. Se a epistemologia está preocupada com a natureza, as fontes e os métodos de conhecimento, a eu-pistemologia responde a essas questões a partir da base do eu (entendido como ‘em mim’, ‘eu mesmo’)<sup>[8]</sup> [...] (Van Zoonen, 2012, p. 60).*

O caráter que sobressai no debate entre opiniões do eu e opiniões de uma comunidade científica diz respeito à diferença de qualidade entre ambas, dado que uma delas ressalta a coletividade e abertura a críticas e revisões, em contraste com a outra, que está alicerçada nas certezas de um eu que quer afirmar-se aos outros indivíduos de um social. Apesar de terem sido propostas como abordagens teóricas fundamentalmente distintas, podemos dizer que tanto na noção de eu-pistemologia quanto na de vício epistêmico há certa ênfase na disputa entre uma forma de crer mais geral e aberta e aquela mais particular e fechada. Além disso, ambas não têm pretensão causal, isto é, não almejam a compreensão das causas das certezas do eu ou das formas viciadas de se pensar, mas, sim, pretendem discutir suas consequências.

A eu-pistemologia daqueles que aderem à narrativa da cloroquina pode ser compreendida como um vício epistêmico entendido a partir do tipo de vício que Cassam denomina “mente fechada”<sup>[9]</sup> (Cassam, 2019, p. 30), passível de ser explicado, sinteticamente, como a forma

de fazer-se crer a partir de um mecanismo de blindagem assumido por adeptos da crença a tudo o que for contrário a ela. Assim, se a ação de advogar a favor da crença na cloroquina funcionar como uma blindagem de um sujeito ou um grupo de pessoas a evidências contrárias, tendo como efeito a obstrução do conhecimento, então tal ação se caracteriza como uma forma viciada de se pensar e de se fazer crer, com efeitos negativos para o social. Quando Sunstein e Vermeule (2009) refletiram sobre teorias da conspiração, relacionaram uma qualidade que chamaram de “autocurativa” presente em tais teorias com uma espécie de blindagem para evidências contrárias.

*[...] essas teorias têm uma qualidade autocurativa. Elas são (1) resistentes e em casos extremos invulneráveis a evidências contrárias [...] Mas a qualidade autocurativa das teorias da conspiração (devemos enfatizar) é uma questão de grau. Aqueles que defendem tais teorias podem não ser totalmente imunes a evidências contrárias.<sup>[10]</sup> (Sunstein e Vermeule, 2009, p. 223-225).*

De acordo com os autores, portanto, não se pode dizer que comportamentos viciados de adeptos de uma narrativa os tornam imunes a evidências contrárias, mas pode-se dizer que tais atitudes caminham na direção de fortalecer blindagens para as crenças. No caso da cloroquina, cada uma das posições contrárias com pretensão de verdade questiona não apenas a posição da outra, mas o próprio regime de confiabilidade das instituições do conhecimento (como a ciência), a ponto de colocá-las em contrariedade com as posições adotadas pelo eu, bem como com suas opiniões ou certezas. Neste ponto, uma questão que se coloca para as instituições do conhecimento, como a ciência, é se elas podem assumir responsabilidades epistêmicas no âmbito social ou se podem ser dispensadas em favor das eu-pistemologias.

*[o que se busca entender é] como as instituições de conhecimento podem perceber a confiabilidade*

[7] No original: “An epistemic vice is a blameworthy or otherwise reprehensible character trait, attitude, or way of thinking that systematically obstructs the gaining, keeping, or sharing of knowledge”.

[8] No original: “I suggest bringing the range of phenomena that put the self at the centre of knowledge under the heading of ‘I-pistemology’. Where epistemology is concerned with the nature, sources and methods knowledge, then I-pistemology answers these questions from the basis of I (as in me, myself)”.

[9] No original: “closed-mindedness”.

[10] No original: “those theories have a self-sealing quality. They are (1) resistant and in extreme cases invulnerable to contrary evidence [...] But the self-sealing quality of conspiracy theories (we should emphasize) is a matter of degree. Those who hold such theories may not be totally impervious to contrary evidence”.

*entre todas essas alegações de verdade conflitantes. [...] Tal estratégia de responsabilidade permanente pode fornecer um meio a partir do qual todos os tipos de pesquisa (para fins aplicados, políticos ou acadêmicos) possam adquirir um status que vai além de ser ‘apenas outra opinião’.*  
[11] (Van Zoonen, 2012, p. 64).

Quando se amplia o foco para incluir o universo narrativo da cloroquina no conjunto das crenças a ele associadas, a controvérsia a seu respeito não é apenas sobre a eficácia do tratamento por cloroquina para a Covid-19, mas também concernente às formas pelas quais obtemos conhecimentos. Vista sobre este prisma epistêmico, portanto, a narrativa da cloroquina levanta mais do que as controvérsias sobre a instituição científica e as narrativas em si, ela levanta também as controvérsias a respeito das formas pelas quais essa disputa de narrativas configura práticas de constituição de crenças, o que, podemos ver agora, evidencia o caráter viciado de crenças centradas em certezas e convicções, que constituem um fechamento para evidências contrárias e um mecanismo de blindagem para as crenças distintas daquelas já consolidadas pelo sujeito ou grupo que adere a uma narrativa.

## **A construção do eixo narrativo do “mal” como partilha policial do sensível**

Se o eixo narrativo da cloroquina como o lado do “bem” no grande enredo conspiratório se constrói essencialmente pela ideia de sua eficácia e por aqueles que a defendem, o eixo narrativo do “mal” se constrói com base na produção dos antagonistas a essa cura. Estes participam de várias ações identificadas como sendo conspiratórias, em linhas narrativas paralelas, dentre as quais, a “ocultação” do efeito curativo da droga e a tentativa de simular um nível de gravidade artificialmente inflado para a pandemia.

Apesar de opostos, os eixos se complementam, pois o lado do “bem”, ao ser sustentado e produzido pela crença qualificada como benigna ao sujeito e à sociedade, depende também do enquadramento de outras ideias como antagonônicas. Dessa maneira, por meio da relação dualista e dicotômica entre bem e mal, as narrativas valoradas

positivamente - como induz a própria ideia de bem - produzem sua faceta conspiracionista no contraponto às outras narrativas que passam a ser ajuizadas como nocivas.

A interdependência que percebemos entre tais narrativas segundo a lógica dicotômica foi investigada pela semântica estrutural de Greimas, mais especificamente, no que concerne à ideia da estrutura elementar da significação (Greimas, 1973), que, segundo essa linha de pesquisa da semiótica, está na base de todo e qualquer processo de significação e de construção de sentidos. Tal processo parte do princípio de que um elemento isolado não é capaz de produzir sentido, pois, para isso, precisa compor com outro elemento uma estrutura de significação (Greimas, 1973, p. 30). Nessa disposição relacional entre dois termos, se considerarmos um signo como um elemento base de uma narrativa, como é o caso do signo “bem”, os processos de significação somente serão constituídos por meio de sua relação com outro signo, no caso, o signo “mal”.

Entre eles se estabelece tanto uma relação conjuntiva quanto disjuntiva. A primeira é condição necessária para que possam efetivamente se relacionar, pois há, no “entre”, algo em comum que permite aproximá-los. Retomando a discussão acerca das narrativas do “bem” e do “mal”, apesar de distintos, o signo “bem” dialoga com o “mal” e não, por exemplo, o “feio”, pois ambos confluem e, com isso, se identificam por meio de uma categoria semântica mais abrangente, que pode ser a “indole”, a “essência” e/ou a “moral”. Uma vez aproximados, os termos se afastam pelas suas diferenças para, em diálogo, produzir significados. De acordo com Fiorin, um dos principais pesquisadores no Brasil da semântica estrutural greimasiana:

*Cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ versus /disforia/. O termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo (Fiorin, 2005, p.22).*

Por isso que, para Greimas, a estrutura elementar da significação somente pode ser binária (1975, p. 36). Por meio da conjunção, os elementos se afastam em polos que se opõem para a produção dos significados que permitem apreender as narrativas pelo valor que uma detém e que,

[11] No original: “[...] how knowledge institutions can realize trustworthiness among all these contending truth claims [...] Such a strategy of permanent account-ability may provide a way for all kinds of research (for applied, policy or academic purposes) to acquire a status that extends beyond being ‘just another opinion’.”



Figura 4. Imagem apoiando o ex-ministro Mandetta.  
*Figure 4. Image supporting Mandetta.*  
Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG



Figuras 5, 6. Imagens atacando o ex-ministro Mandetta.  
*Figures 5, 6. Images vilifying former minister Mandetta.*  
Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG

portanto, estará ausente na outra e vice-versa.

Nessa oposição primeva, outras oposições podem se alinhar para constituir uma rede semiótica de significação. É o que possibilita, por exemplo, que o par “bem” x “mal” colabore para que os sectários do eixo do “bem” se identifiquem como sendo “verdadeiros”, “corretos” e/ou “fiéis” e, ao mesmo tempo, reconheçam aqueles que não compartilham ou questionam suas crenças como “mentirosos”, “errados”, “injustos”. Produzida tanto pela estrutura elementar de significação “bem/ mal” quanto pelas relações com outros pares oponentes e complementares, essa rede de geração de sentidos encontrou, no WhatsApp, um ambiente poderoso para a sua disseminação.

Como já apontamos, embora a princípio não seja uma rede social, na prática, algumas características do WhatsApp dão à plataforma “efeitos de rede” que a fazem funcionar como tal e que, no caso em questão, propiciaram a expansão do universo narrativo da cloroquina em enredos paralelos, que passam a subsistir sincronicamente. Assim, o “bombardeio” — a metáfora, aqui, não é aleatória, sobretudo se considerarmos, como Kittler (2016, 2019) aponta, que o desenvolvimento dos meios encontra-se diretamente relacionado à história das guerras — de inúmeros *posts*, além de construir linhas narrativas complementares e o grande eixo conspiratório do “mal”, também ratifica e potencializa o eixo narrativo do “bem”. Tal “bombardeio” cria uma espacialização e um efeito de simultaneidade que geram um importante efeito retórico, visto que a quantificação dos *posts* encontra-se diretamente relacionada à quantificação de narrativas que “comprovam” a conspiração em curso, assim como a eficácia da cloroquina. Com isso, dificulta-se a criação e difusão de qualquer ideia contrária que vise, de alguma forma, contestar a eficiência do medicamento.

Assim, se, em 22 de março de 2020, logo antes da publicação do primeiro “protocolo” de uso da cloroquina, o então ministro Luiz Henrique Mandetta era representado como parte do eixo do “bem”, cerca de duas semanas depois, passa a ser associado ao eixo oposto, por sua negação em encampar, além do que já tinha feito, a cloroquina como cura “mágica”. Tal como ele, outros que se recusaram a endossar a qualidade curativa da cloroquina são ligados ao eixo conspiratório do “mal”. O médico David Uip, então coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus no estado de São Paulo (Pereira, 2020a), por exemplo, nos

dias 7 e 8 de abril, é apresentado como alguém que “oculta” sua cura pela cloroquina, ora por volição própria — porque é “um ser cruel” — ora por ordem do governador de São Paulo e seu chefe, João Dória. Além deles, várias outras personalidades públicas são construídas como antagonistas, em inúmeras linhas que se complementam na fabricação do tecido espaço-temporal do universo narrativo.

Uma dessas linhas é a que constrói a ideia de *sobrenotificação* proposital de infecções, internações e mortes por Covid-19, em oposição à hipótese de subnotificação, adotada inclusive pelo próprio Ministério da Saúde (G1, 2020), decorrente de testagem e rastreamento comprovadamente baixos.

Assim, no dia 28 de março de 2020, essa linha narrativa recebe um volumoso aporte — num total de 537 compartilhamentos só em nosso corpus — pela publicação da certidão de óbito do senhor Reginaldo Jacinto da Silva, que, junto a outras imagens e áudios, busca explicitamente levar à conclusão de que boa parte, se não todas as mortes ocorridas no Brasil durante a pandemia, estava sendo proposital e equivocadamente notificada como efeito da Covid-19. A imagem é acompanhada de um áudio, com 583 compartilhamentos, em que uma voz masculina explica a um interlocutor, tratado com intimidade, que a morte de um “amigo borracheiro” — infere-se ser o sr. Jacinto — em decorrência do “estouro de um pneu de caminhão”, teria sido indicada como Covid-19 no atestado de óbito. O autor do áudio extrapola tal evento explicitamente, definindo-o como uma “conspiração para derrubar o governo Bolsonaro”<sup>[12]</sup>.

Essa linha da *sobrenotificação* também se desenvolve em inúmeros enredos sobre alas hospitalares “desocupadas”, caixões sendo enterrados “vazios”, covas abertas apenas para aparecer em matérias da mídia tradicional, entre outros. Tal perspectiva seguirá se desdobrando em novos materiais, construindo, por meio de “indicações retóricas” (Gomes, et al., 2020), a impressão de múltiplos índices de veracidade, que elucidariam o grande complô das elites políticas.

Defendemos que esse eixo narrativo voltado à construção do polo do “mal”, por meio da produção de antagonistas que funcionam como índices da conspiração maior, tem o propósito de produzir uma inversão da realidade — a reafirmação de um remédio ineficaz como eficaz, de uma realidade de subnotificação como uma de

[12] Tal narrativa desdobrou-se de forma curiosa no Twitter, quando tuites idênticos, resumindo a história com as mesmíssimas palavras, mas usando uma voz de primeira pessoa, foram detectados no mesmo dia 28, evidenciando uma ação orquestrada, possivelmente pela já conhecida combinação de robôs, *fakes*, híbridos e membros reais da base bolsonarista na disseminação de desinformação.



Figuras 7, 8, 9. Imagens atacando o médico David Uip.  
Figures 7, 8, 9. Images vilifying physician David Uip.

Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG

*sobrenotificação* – operando, assim, como uma partilha da “baixa polícia” do sensível. Para Rancière, a “partilha do sensível” define-se por uma “lei implícita” (Rancière, 2014, p. 146) que estabelece formas de separação e, ao mesmo tempo, participação em um comum, da mesma forma que explícita aquilo que pode ser dizível e enunciado, como também aquilo que deve ser silenciado.

No caso da polícia, essa partilha ocorre pela pre-determinação dos espaços a serem ocupados pelos corpos, aos quais se vinculam determinadas formas de ser, de fazer, de dizer e de ação. Como o autor aponta, a polícia não se repor-

ta ao processo disciplinar dos corpos, mas, sim, à “regra de seu aparecer” (Rancière, 1996, p. 42), ou seja, ao modo pelo qual eles podem vir a se tornar visíveis com base nas designações e consensos preexistentes. Com isso, estabelece-se aquilo que há e o que não há para ser dito ou visto.

Em virtude da especificidade do seu modo de funcionamento, um dos traços centrais da partilha policial reporta-se à impossibilidade de existência de “vazios” passíveis de serem ocupados por outras práticas – o que, para Rancière, define a política e a geração do dano – que, inclusive, podem vir a redefinir tais espa-



Figuras 10, 11. Imagens da narrativa da sobrenotificação da Covid-19.  
Figures 10, 11. Images of the Covid-19 over-reporting storyline.

Fonte/Source: Monitor WhtasApp - UFMG

ços, as ações e os sentidos correlacionados a eles. Da mesma forma, disposição policial dos corpos não é um atributo único do estado, pois inúmeras são as formas pelas quais as interações sociais – inclusive, agenciadas pelos meios comunicacionais – podem vir a exercer a função de polícia e agir na proliferação dos espaços vinculados a ela, bem como na sua manutenção.

Por sua vez, a “baixa polícia” reporta-se a “[...] uma forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade [...]” (Rancière, 1996, p. 41). Comumente associada à força policial responsável por garantir a lei e a ordem nas cidades, a “baixa polícia” é aqui entendida enquanto um “elemento de um dispositivo social” (Rancière, 1996, p. 41) que pode se materializar de modos muito distintos das técnicas de controle já institucionalizadas, que se opõem às partilhas políticas do sensível. Estas se constituiriam

pela nomeação de um “dano”, “que nada mais é do que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão [...]” (Rancière, 1996, p. 39–40).

No contexto da pandemia, o dano ameaça ser nomeado diariamente, toda vez que esses dois mundos alojados num só correm o risco de se fazerem vistos pelo que são: as UTIs lotadas, as filas intermináveis de covas abertas em cemitérios, o “excesso de mortes” em comparação aos anos anteriores e todos os inúmeros índices de que a pandemia não apenas é real, mas se torna mais mortífera em decorrência das estratégias de “enfrentamento” do governo federal.

Retomando o eixo narrativo de criação de antagonistas, atribuímos a ele – e à narrativa bolsorista criada via WhatsApp, em geral – um caráter de “baixa polícia”, pois, neles, nota-se uma estratégia particular dentro da

partilha policial mais ampla, que agiria como as forças policiais no processo de garantia da lei e da ordem, ou seja, de forma mais violenta do que a partilha policial geral. Por um lado, o braço bolsonarista informal e apócrifo, que inclui a rede bolsonarista no WhatsApp, cumpriria mais evidentemente a função de uma “baixa polícia” na disposição do sensível consensual (para o bolsonarismo), assim como as forças policiais cumprem, à sombra e à margem da lei, a implementação de uma versão “seletiva” da lei. Por outro, o eixo narrativo do “mal”, pela sua especificidade, igualmente exerceria a “baixa polícia” ao atualizar, para o contexto pandêmico, a teoria conspiratória que já ancorava a mentalidade da base bolsonarista antes do coronavírus, o já conhecido complô das elites políticas/globalistas, e que agora se materializa na produção incessante de antagonistas contra os quais luta o eixo do “bem”.

Contudo, como observa Rancière, é “a fraqueza e não a força dessa ordem que incha em certos estados a baixa polícia, até encarregá-la do conjunto das funções de polícia” (1996, p. 41). Assim, se o universo narrativo da cloroquina que se expande nos grupos de WhatsApp bolsonaristas compõe mais claramente uma partilha de “baixa polícia”, é a fraqueza da partilha policial “alta”, no próprio tecido institucional brasileiro, o que possibilita o “inchaço” desse universo e sua articulação para além dos circuitos fechados desses grupos, a nosso ver, exemplificado pela publicação do segundo “protocolo” da cloroquina.

Se, a princípio, o governo deveria atuar como a “alta” polícia, uma vez que, por meio de vias oficiais – como Medidas Provisórias, decretos, portarias, protocolos e afins – operaria a “agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (Rancière, 1996, p. 41), o que vemos na publicação do “protocolo” é a ampliação de uma estratégia de “baixa polícia” para dentro do tecido policial “oficial”.

O episódio da publicação desse segundo “protocolo”, pelo então ministro interino da Saúde, o general Eduardo Pazuello, portanto, nos traz alguns elementos novos em relação àquilo que foi proposto por Rancière. O segundo “protocolo” da cloroquina é o nome que recebeu o documento publicado pelo general Pazuello, sob a chancela do Ministério da Saúde, no dia 20 de abril de 2020 – dias

antes do FDA *suspend*er a autorização emergencial para uso hospitalar de hidroxicloroquina que havia oficialmente concedido em 28 de março (Watson, 2020). O general assumiu a pasta após a saída de Nelson Teich, que se demitiu do cargo sob a pressão de “liberar a cloroquina”, menos de um mês depois da saída de Luiz Henrique Mandetta, demitido por Bolsonaro em 16 de abril, após também se negar a replicar o posicionamento do presidente em relação à droga (Cancian, 2020) (como ambos confirmaram em depoimentos recentes na CPI da Covid no Senado).

Apócrifo até o dia 21 de maio, quando foi assinado por todos os secretários do Ministério da Saúde, a mando de Pazuello (Vargas, 2020b), o “protocolo”, na verdade, não passa de um guia, sem nenhuma fundamentação científica ou jurídica real, para o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina fora daquilo que já é autorizado pela Anvisa e consta em sua bula. Contudo, o Ministério da Saúde não tem competência para autorizar ou desautorizar a utilização de medicamentos, cabendo tal prerrogativa exclusivamente à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) (Vargas, 2020a)<sup>[13]</sup>. Ao mesmo tempo, o consumo fora da bula é permitido e praticado, e pode ser prescrito de acordo com a conveniência individual do profissional de medicina, que, no entanto, assume a responsabilidade pelo uso, com consentimento expresso do paciente (Pereira, 2020b). Nesse sentido, o que o “protocolo” de Pazuello efetivamente fez foi produzir um *fato político* que busca chancelar a indicação irrestrita da cloroquina por médicos que assim optarem, orientando-os a obter o “consentimento livre e esclarecido o paciente ou dos familiares” (Conselho Federal De Medicina, 2020), compartilhando com este(s) a responsabilidade por efeitos colaterais indesejados – inclusive os possivelmente letais. Com isso, a nosso ver, ocorre um “salto” da partilha da “baixa polícia” em curso no WhatsApp por dois meses para a esfera daquilo que deveria ser a “alta” polícia.

Na prática, portanto, o documento nada mais é do que um gesto simbólico que oficializa o discurso bolsonarista sobre o remédio como panaceia, que ancora o comportamento anti-lockdown. A publicação do segundo “protocolo”, por sua vez, encerra o ciclo de construção do universo narrativo da cloroquina apenas no WhatsApp. A partir daí, em virtude da sua oficialização, o medicamento

[13] Em depoimentos recentes à CPI da Covid, o presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, e o ex-ministro Mandetta, confirmaram a existência de uma reunião no Planalto em que foram expostos à minuta de um decreto para a modificação da bula da cloroquina, o que foi rejeitado pelo primeiro, uma vez que ilegal (Pereira, 2021). Tal evento indica que o “protocolo” pode ter sido uma alternativa ao impedimento dessa modificação, que seria, ela mesma, uma intervenção ainda mais drástica da “baixa polícia” na partilha policial usual.

passa a ser tomado como um símbolo do que viria a se tornar o “tratamento precoce”, que será “acrescido” – e, com frequência, substituído – por outras drogas igualmente inócuas, porém, supostamente menos perigosas, como a ivermectina e a nitazoxanida, mas sem jamais ser abandonada como símbolo pelo bolsonarismo.

Focamos aqui no gesto do Ministério da Saúde – o primeiro de uma série que incluirá, entre outros, a publicação de um aplicativo oficial com recomendações para o “tratamento precoce” – porque, muito embora não se trate de uma publicação de WhatsApp – sua repercussão no nosso corpus propriamente dito, aliás, é irrisória – ele nos parece a culminância de um processo que foi de outra forma em grande medida construído pela rede apócrifa do bolsonarismo, e indica de que maneira a narrativa da cloroquina ganhou força, a ponto de pautar a elaboração de um “protocolo” governamental voltado a direcionar um conjunto de atitudes, que, por sua vez, passa a legitimar a própria narrativa. Com isso, tal direcionamento dado ao tratamento da Covid-19, destituído de comprovação científica e baseado na constituição da crença na sua eficácia por meio de vícios epistêmicos, tal como apontamos anteriormente, passa a intervir cada vez mais não apenas na vida dos indivíduos que carecem de tratamento para a doença, como também no cotidiano de todos aqueles que fazem uso dos medicamentos recomendados para o tratamento assumido como preventivo do coronavírus.

## Considerações finais

Tendo em vista o propósito deste trabalho, ou seja, discutir de que maneira se articula o universo narrativo em torno da confiança na eficácia da cloroquina para o tratamento da Covid-19 nos grupos bolsonaristas de WhatsApp, primeiramente, buscamos indicar como a relação narrativa-crença para o caso do medicamento funciona seguindo a lógica dos vícios epistêmicos e dos mecanismos da eu-pistemologia, de modo a propiciar formas de blindar os sujeitos adeptos da crença de evidências e teses contrárias. Além do modo de fazer crer viciado, os elementos que compõem o universo narrativo da cloroquina propiciaram efeitos práticos notáveis, como a preparação do terreno para a institucionalização de políticas públicas no contexto brasileiro.

Com esse pano de fundo, aprofundamos o detalhamento das manifestações pelas quais a narrativa da cloroquina foi sendo ecoada nas redes bolsonaristas, de modo a propagar e reforçar crenças enviesadas a respeito da confiança na droga. Observamos que, na medida

em que as ações dos grupos bolsonaristas foram sendo institucionalizadas em políticas governamentais, não apenas essa narrativa ganhou um reforço (validação) na esfera pública mais ampla, mas também adquiriu poder de coerção a ideias refratárias, o que, a nosso ver, relaciona-se com a noção de “baixa polícia”.

Nesse sentido, o “protocolo” que emerge em correlação à narrativa e que contribui para ratificá-la torna patente de que maneira o vício epistêmico e a eu-pistemologia também exercem a função de “baixa polícia”, na medida em que ele visa a, justamente, construir um lugar muito próprio para o tratamento da Covid-19, de modo a definir o que pode ou não ser dito ou feito.

Por fim, cabe mencionar que a irrupção e o alastramento da Covid-19 geraram um ambiente propício para a proliferação de arranjos sógnicos e possibilidades interpretativas como forma de explicitar, explicar, conhecer, fantasiar, regularizar e, com isso, controlar o desconhecido, o ignoto. É nesse contexto propício que surge o universo narrativo da cloroquina, analisado nesse artigo, ao se apresentar como solução mágica contra a pandemia, calcada em vícios epistêmicos. Trata-se, inegavelmente, de um momento de grande dinamicidade sociocultural que, por ora, não nos permite desenvolver uma visão a longo de prazo, mas que, inegavelmente, nos possibilita apreender a ação de diferentes linhas de força que atuam no presente.

## Referências

- BUTTER, M. 2020. *The nature of conspiracy theories*. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity Press, 210 p.
- CAMPOS MELLO, P. 2018. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 11/06/2020.
- CANCIAN, N. 2020. Ampliação do uso da cloroquina pode provocar mortes em casa, diz Mandetta. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/05/ampliacao-do-uso-da-cloroquina-pode-provocar-mortes-em-casa-diz-mandetta.shtml>. Acesso em: 14/02/2021.
- CASSAM, Q. 2019. *Vices of the mind: from the intellectual to the political*. Oxford, Oxford University Press, 202 p.
- CESARINO, L. 2020. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. In: *Internet & Sociedade, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 91–120. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: 11/06/2020.

- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. 2020. Processo-  
-Consulta CFM nº8/2020-Parecer CFM nº4/2020.  
Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4>. Acesso em: 14/02/2021.
- ELEIÇÕES SEM FAKE. 2018. Monitor de WhatsApp. Disponível em: <http://www.whatsapp-monitor.dcc.ufmg.br/brazil/index.php>. Acesso em: 13/02/2021.
- EVANGELISTA, R.; BRUNO, F. 2019. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, [S. l.], v. 8, n. 4, 2019. DOI: [10.14763/2019.4.1434](https://doi.org/10.14763/2019.4.1434). Disponível em: <https://policyreview.info/node/1434>. Acesso em: 17 maio. 2021.
- G1, 2020. Subnotificação: 6 indicadores de que há mais casos de Covid-19 no Brasil do que o governo divulga. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/29/subnotificacao-4-indicadores-de-que-ha-mais-casos-de-covid-19-no-brasil-do-que-o-governo-divulga.ghtml>. Acesso em: 11/02/2021.
- GIBSON, J. 1986. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- GOMES, Renata. O design da narrativa como simulação imersiva. In: LEMOS, A et al (org.). Livro da XIV Compós - 2005: narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, p. 69–81.
- GOMES, R.C.L.F.; NAKAGAWA, R.M.O.; SÁ, T.C. 2020. Epistemologias mutiladas e a exploração política de vieses cognitivos: o negacionismo engendrado pela retórica bolsonarista. *Mídia e cotidiano*, **14**(3):31-52.
- FIORIN, José Luiz. 2005. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 126 p.
- GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. 2008. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Contexto, 543 p.
- GREIMAS, A.J. 1973. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix, 330 p.
- JAKOBSON, R. 1983. O dominante. In: L. C. LIMA (org.), *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 485-491.
- KITTLER, F. 2016. *Mídias ópticas*. 1.ed. São Paulo, Contraponto, 344 p.
- KITTLER, F. 2019. *Gramofone, filme, typewriter*. Belo Horizonte, Editora da UFMG; Rio de Janeiro, EdUERJ, 414 p.
- PEIRCE, C. S. 1975. *Semiótica e filosofia*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 164 p.
- PEREIRA, F. David Uip faz testemunho sobre coronavírus: “Um sofrimento muito grande”. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/06/david-uip-faz-testemunho-sobre-coronavirus-um-sofrimento-muito-grande.htm>. Acesso em: 11/02/2021.
- PEREIRA, P. 2020. “Medida sobre cloroquina é política”, avaliam advogados. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,medida-sobre-cloroquina-e-politica-avaliam-advogados,70003309552>. Acesso em: 14/02/2021.
- PEREIRA, T. 2021. Barra Torres confirma que médica ligada ao Planalto propôs mudar bula da cloroquina. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/barra-torres-nise-bula-cloroquina/>. Acesso em: 18/05/2021.
- RANCIÈRE, J. 1996. *O desentendimento: política e filosofia*. 1. ed. São Paulo, Editora 34, 144 p.
- RANCIÈRE, J. 2014. *Nas margens do político*. Lisboa, KKYM, 158 p.
- RESENDE, G; MELO, P; SOUSA, H; MESSIAS, J; VASCONCELOS, M; ALMEIDA, J; BENEVENUTO, F. 2019. (Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures. In: The World Wide Web Conference 2019, São Francisco, 2019. *Anais...* **1**: 818–828.
- ROGERS, A. 2020. Chloroquine May Fight Covid-19 - and Silicon Valley’s Into It. *Wired*. Disponível em: <https://www.wired.com/story/an-old-malaria-drug-may-fight-covid-19-and-silicon-valleys-into-it/>. Acesso em: 14/02/2021.
- SUNSTEIN, R.; VERMEULE, A. 2009. Conspiracy theories: Causes and cures. *Journal of Political Philosophy*, **17**(2): 202–227.
- VAN ZONEN, L. 2012. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, **27**(1): 56–67.
- VARGAS, M. 2020a. Documento que autorizou cloroquina não tem assinatura e não obriga uso pelo SUS. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,documento-que-autorizou-cloroquina-nao-tem-assinatura-e-nao-obriga-uso-pelo-sus,70003309412>. Acesso em: 14/02/2021.
- VARGAS, M. 2020b. Após críticas, ministro da Saúde manda equipe assinar nova norma da cloroquina. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-criticas-ministro-da-saude-manda-equipe-assinar-nova-norma-da-cloroquina,70003310150>. Acesso em: 14/02/2021.
- WATSON, K. 2020. FDA ends emergency use authorization for hydroxychloroquine to treat COVID. CBS News. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/hydroxychloroquine-fda-ends-emergency-use-authorization-covid-19/>. Acesso em: 19/06/2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2020. Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report, 46. 6 mar, p.2.